



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
GESTÃO 2024-2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CACIN

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 25/03/2024

Hora: 9h

Local/Modalidade: Remota/Teams

PRESENTES:

Dra. Ana Marques Versa - Presidente

Dra. Hélia Viegas – Assessora Especial da CGJ

Aucileny Maria dos Santos

Eliseu Magno Silva Carneiro

Jacquilene Araújo Teixeira

Luciana Furtado Cordeiro

Rebeka de Queiroga Maciel

Sâmia Lacerda Chaves Fernandes

Ana Stival – Secretária das Comissões

PAUTA:

Transição da Gestão da Comissão e definição das estratégias para elaboração das ações.

INFORMES:

A servidora Ana Stival, recém nomeada Secretária das Comissões, acompanhará as reuniões segundo suas competências estabelecidas no art. 7º do Ato 427/2024.

DISCUSSÕES:

As discussões tiveram início destacando a modificação da composição da Comissão, estando pendente a publicação do Ato de designação. Transcorrendo-se com debates quanto à definição de estratégias para concretizar as ações pretendidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
GESTÃO 2024-2026

Eliseu Magno Silva Carneiro, ex-secretário da CACIN (Gestão 2022-2023) e integrante da Equipe de transição destacou a importância do TJPE criar a Unidade de Acessibilidade e Inclusão, para ampliar as condições e infraestrutura a fim de que o trabalho operacional da acessibilidade e inclusão seja realizado por um número maior de Colaboradores, de forma permanente e estruturada, além de ser uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 401/2021, art. 22 e seguintes).

Também acrescentou que já existe uma minuta de Resolução pronta sobre a criação de uma Unidade de acessibilidade e inclusão, de caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações que visem ao cumprimento da Resolução 401/2021.

Eliseu Magno Silva Carneiro também lembrou a necessidade de atualização da Resolução TJPE nº 442, de 01 de dezembro de 2020, por força da Resolução nº 503 do CNJ, de 29 de maio de 2023, em virtude da necessidade de regulamentação de condições de teletrabalho para servidores e servidoras com deficiência ou com problemas graves de saúde ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição.

Em seguida, foi orientado aprofundar as alternativas com relação ao serviço de intérprete de libras, pesquisando a possibilidade de Convênio com o Poder Executivo (Central de intérprete de libras), entre outras possibilidades: ampliação do banco de peritos (SAS/TJPE), seleção interna de servidores (SGP/TJPE), contratação direta ou prestação de serviços.

A seguir, Dra. Ana Marques Veras destacou a importância de construção de um calendário de ações sobre acessibilidade e inclusão.

Sâmia Lacerda Chaves Fernandes, Servidora lotada no CICA e indicada para assumir a 1ª Secretária da CACIN (aguardando publicação do Ato de designação), ressaltou a importância de se escutar os (as) servidores (as) com deficiência, necessidades especiais ou que sejam mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, por meio de Rodas de escuta, inclusive para subsidiar um plano de ação. Também mencionou a necessidade de elaboração de uma Política ampla e permanente de Inclusão e Acessibilidade, que contemple tanto o público interno quanto o público externo, construída com a participação de todas as áreas que compõem o TJPE.

Também lembrou a importância de realizarmos ações neste mês de abril, em referência ao Mês de conscientização sobre o Autismo, com o propósito de Conscientizar as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
GESTÃO 2024-2026

peças sobre o autismo, assim como dar visibilidade ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Luciana Furtado Cordeiro, Secretária da Auditoria interna, falou sobre o trabalho de Auditoria Interna em acessibilidade e Inclusão. A auditoria teve como objetivo avaliar a Acessibilidade Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Resolução CNJ n. 401/2020.

Por fim, foi marcada a próxima reunião para o dia 15/04/2024 às 9h.

DELIBERAÇÕES:

- Criação de Unidade de Acessibilidade e Inclusão;
- Elaboração de Cartilha sobre Acessibilidade e Inclusão para ser entregue nos Encontros Regionais realizados pelo TJPE;
- Criação de Calendário Anual de Ações sobre Acessibilidade e Inclusão.